



Protocolo

396430/2020

ASSUNTO/PROCESSO (Nº _____)
 INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CURSO DE
 ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
 A SER OFERTADO NUMA PARCERIA ENTRE
 A UNEMAT E A SECRETARIA DE
 ESTADO DE PLANEJAMENTO E
 GESTÃO - SEPLAG

PARTES INTERESSADAS

REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG
 UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT
 SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

JUNTADA

SE FLS. 02 a 41 + ~~Reitoria~~ Prppg - PRPPG;

DESTINO	DATA	
CAV	09/11/2020 - 14:10h	



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Título	Especialização em Gestão Pública com Habilitação em: <ul style="list-style-type: none">• Gestão Pública – Governança em Tecnologia da Informação• Gestão Pública – Direito Administrativo• Gestão Pública – Avaliação de Obras e Patrimônio Público		
Área do Conhecimento/ tabela CNPq	Administração		
Modalidade de Ensino	A Distância		
Proponente	Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão-SEPLAG		
Local de Execução	Cáceres-MT/Todos os municípios de Mato Grosso		
Unidades Envolvidas	Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação-PRPPG Diretoria de Gestão de Educação a Distância-DEAD Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão-SEPLAG		
Coordenação	A ser definido por indicação do Reitor da UNEMAT		
Contatos	prppg_ls@unemat.br / 3221-0045		
Carga horária/Vagas	<ul style="list-style-type: none">• Gestão Pública – Governança em Tecnologia da Informação (360 horas / 50 vagas)• Gestão Pública – Direito Administrativo (420 horas / 60 vagas)• Gestão Pública – Avaliação de Obras e Patrimônio Público (420 horas / 40 vagas)		
Cronograma de execução	Fase	Início	Término
	Inscrição	23/11/2020	30/11/2020
	Seleção	01/12/2020	05/12/2020
	Matrícula	07/12/2020	11/12/2020
	Período de realização do curso	12/12/2020	28/02/2022
Público alvo	Portadores de diploma de curso superior que exerçam atividades em órgãos públicos Estaduais que tenham aspirações ao exercício de função pública, voltados para a gestão, avaliação de obras e patrimônio público		
Crítérios de Seleção	Análise de Barema		
Modalidade de Financiamento	Financiado com recursos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão-SEPLAG, a serem repassados em parcela única por meio de Termo de Convênio		
Corpo Docente	O corpo docente será formado por professores com titulação de mestrado e doutorado, selecionados através de Edital de Seleção específico, a ser publicado no site da UNEMAT		



1. IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

Instituição Promotora:

Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT
Reitor: Prof. Dr. Rodrigo Bruno Zanin
Vice Reitora: Profa. Dra. Nilce Maria da Silva

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-PRPPG
Pró-reitor: Prof. Dr. Anderson Fernandes de Miranda

Instituição Receptora:

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão-SEPLAG
Secretário: Basílio Bezerra Guimarães dos Santos

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Oferta de Curso de Pós-graduação Lato Sensu em nível de Especialização em Gestão Pública com ênfase nas seguintes áreas:	Período de Execução	
	<ul style="list-style-type: none">• GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO• DIREITO ADMINISTRATIVO• AVALIAÇÃO DE OBRAS E PATRIMÔNIO PÚBLICO	Dezembro 2020

3. DADOS DA PROPOSTA

Equipe de Adaptação do Projeto:

Prof. Me. Gustavo Domingos Sakr Bisinoto – UNEMAT (coordenação)
Prof. Me. Júlio César de Lara – UNEMAT/SEPLAG
Prof. Dr. Francisco Lledo dos Santos – UNEMAT

Projeto Pedagógico de Curso adaptado do PNAP/DED/CAPES elaborado por:

Prof. Dr. Dario de Oliveira Lima Filho – UFMS
Prof. Dr. Silvar Ribeiro – UnB
Prof. Dr. Anderson Castanha – UFJF
Prof. Dr. Marcos Tanure Sanabio – UFJF

Mato Grosso, 28 de outubro de 2020.



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA COM ÊNFASE EM

- GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
 - DIREITO ADMINISTRATIVO
- AVALIAÇÃO DE OBRAS E PATRIMÔNIO PÚBLICO

Mato Grosso, 28 de outubro de 2020.



1. JUSTIFICATIVA

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma **nova gestão** de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo* municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRUCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão



que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas tal como.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade de Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) revelam que a receita própria dos municípios está aquém do potencial de arrecadação. De fato, a Tabela 1 mostra que nem todos os municípios cobram Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (93%) e apenas 83% tem sistema de cobrança informatizado. No que tange ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, somente 83,7% dos municípios cobram e apenas 67,9% o fazem com sistema informatizado. Na Região Nordeste, a situação é preocupante: menos da metade dos municípios (47,6%) tem sistema de ISSQN informatizado. Ressalte-se que, no Brasil, essa situação é mais frequente nos municípios com população abaixo dos 20.000 habitantes.

Tabela 1: Municípios, total, com cadastro imobiliário, com cobrança de IPTU, Planta Genérica de Valores e cadastro para cobrança do ISS, com indicação da existência de sistema informatizado dos cadastros e da Planta Genérica de Valores, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios – 2006.

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Cadastro imobiliário		Cobrança de IPTU	Planta Genérica de Valores		Cadastro para cobrança do ISS	
		Total	Informatizado		Total	Informatizado	Total	Informatizado
Brasil	5 564	5 203	4 623	5 196	4 018	3 110	4 661	3 780
Até 5.000	1 371	1 276	1 084	1 277	904	653	1 062	797
De 5.001 a 10.000	1 290	1 175	1 016	1 180	844	624	1 024	815
De 10.001 a 20.000	1 292	1 198	1 065	1 189	923	707	1 095	862
De 20.001 a 50.000	1 033	981	899	975	812	666	919	775
De 50.001 a 100.000	311	308	296	308	278	240	300	279



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PROGRAMAS LATO SENSU



De 100.001 a 500.000	231	229	227	231	221	196	225	216
Mais de 500.000	36	36	36	36	36	34	36	36

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).

Em relação a taxas, os municípios brasileiros estão longe da eficiência arrecadadora, conforme prevê a LRF. A Tabela 2 revela que taxas de coleta e de limpeza pública são cobradas em menos da metade dos municípios.

Tabela 2: Percentual total de municípios com existência de taxas instituídas em 2006.

Brasil	Total	Com existência de taxas instituídas					
		Taxa de iluminação	Taxa de coleta de lixo	Taxa de incidência	Taxa de limpeza pública	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas
	100,0	70,0	49,5	3,7	42,3	55,3	43,3

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).

Esses dados mostram que o Poder Público Municipal não está preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à arrecadação. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos: estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

O estado de Mato Grosso é conhecido como o celeiro do país, campeão na produção de soja, milho, algodão e de rebanho bovino, e quer alcançar novos títulos do lado de fora da porteira das fazendas. Cinco setores com grande potencial de crescimento na região e que têm



atenção especial do estado são agroindústria, turismo, piscicultura, economia criativa e pólo joalheiro.

Com o agronegócio consolidado, Mato Grosso é terreno fértil para as indústrias que atuam antes e depois da porteira. Até 2013, segundo a Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso (Fiemt), o estado tinha 11.398 unidades industriais em operação, com 166 mil empregos gerados.

Ainda assim, é preciso agregar mais valor ao produto que sai de Mato Grosso. Da porteira para dentro há potencial para as empresas que abastecem os produtores com adubo, defensivo e maquinário, entre outros produtos. Da porteira para fora, as empresas de beneficiamento, como a têxtil e de etanol.

Mato Grosso, além de grãos, é o maior produtor de pescado de água doce do país, responsável por 20% da produção do Brasil, com 75,629 mil toneladas (IBGE 2013). E esse mercado tem muito a crescer. O potencial está na abundância de rios e lagos em território mato-grossense.

Se durante a colonização Mato Grosso foi reconhecido pelo ouro, hoje é um mercado potencial para a fabricação de joias e semi joias a partir de pedras preciosas. Além de ser o maior produtor de diamante do Brasil – com 88% do total da produção brasileira, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – o estado também se destaca pelas pedras coradas, como a ametista, o quartzo rosa, a ágata e a turmalina.

Cachoeiras, safaris, trilhas ecológicas, observação de pássaros, mergulho em aquários naturais. Seja no Pantanal, no Cerrado ou no Araguaia, Mato Grosso é o destino certo para quem gosta de ecoturismo e para quem planeja investir no segmento que mais cresce no setor de turismo.

Dados da Organização Mundial de Turismo (OMT) apontam que o ecoturismo cresce em média 20% ao ano, enquanto o turismo convencional apresenta uma taxa de aumento anual de 7,5%, conforme divulgado pelo Ministério do Turismo em 2014. A organização estima ainda que pelo menos 10% dos turistas em todo o mundo sejam adeptos do turismo ecológico.

Para que o potencial Econômico de Mato Grosso seja aperfeiçoado, é preciso que seja dada oportunidade aos servidores de carreira do Estado de Mato Grosso a fim de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.



2. HISTÓRICO

2.1 A UNEMAT NO CONTEXTO DE MATO GROSSO E A EAD

A UNEMAT possui Know-how em EaD em grande parte adquirido pelo desenvolvimento do Projeto da Universidade Aberta do Brasil – UAB, que foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e fomento dos cursos da UAB, e conseqüentemente, a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos e professores, o Ministério de Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância – SEED - estimula a oferta de cursos de graduação na modalidade a distância e operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, de acordo com os instrumentos legais da UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Pública vem ao encontro das necessidades das organizações públicas, em nível estratégico de gestão, que busca qualificar os servidores para aperfeiçoarem sua visão holística das ações políticas e de Gestão Pública.

A UNEMAT é uma Instituição com característica multicampi, pois, possui 13 campi universitários distribuídos nas várias regiões do Estado. Atualmente conta com 36 cursos de Pós-Graduação, 60 cursos de graduação de oferta contínua e 129 cursos de modalidades diferenciadas totalizando 22.593 alunos, sendo 3.535 alunos da modalidade EaD.

Em Julho de 2020, a UNEMAT implantou para todos os cursos o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGAA, o qual permite a oferta de cursos, turmas e disciplinas de forma remota/virtual.



3. OBJETIVOS DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Os cursos têm por objetivo a qualificação de pessoal de nível *Lato Sensu* visando ao exercício de atividades gerenciais. Especificamente, pretende:

- Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) dos sistemas públicos;
- Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- Capacitar profissionais para a correta avaliação de obras e patrimônio público;
- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado de Mato Grosso; e
- Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.



4. PÚBLICO-ALVO

O curso destina-se a servidores de carreira do Estado de Mato Grosso, portadores de diploma de curso superior que exerçam atividades em órgãos públicos Estaduais que tenham aspirações ao exercício de função pública, voltados para a gestão, avaliação de obras e patrimônio público. Os objetivos de aprendizado para o estudante são os seguintes:

- Compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiro setores nas áreas: gestão, estratégia, operações, finanças públicas, recursos humanos e outras;
- Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações organizacionais/empresariais complexas;
- Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial de sucesso;
- Estar apto para fazer a integração das áreas funcionais do negócio para permitir tomadas de decisões acertadas para a organização como um todo.
- Estar apto para fazer a avaliação de obras, bens públicos e patrimônio público, a fim de subsidiar os gestores nas decisões (ênfase da formação em avaliação de obras e patrimônio público);

O Curso permitirá o crescimento profissional e acadêmico do estudante por meio de:

- Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;
- Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;
- Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância (*chats*), estudo de *cases*, trabalhos escritos e apresentação presencial de seminários;



- Aumento da capacidade de liderança na organização através da participação em trabalhos em equipe;
- Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a *performance* organizacional;
- Ênfase na natureza global do atual ambiente dos negócios e seu impacto sobre a tomada de decisão;
- Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais;
- Integração dos aspectos teóricos e práticos do negócio, através da elaboração de projetos e análise de *cases*.

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão –, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma “visão estratégica dos negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PROGRAMAS LATO SENSU



Deste modo, independente dos conhecimentos “comportamentais” e “de contexto”, exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus “recursos” humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No campo organizacional e de seus recursos, espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da “coisa pública” de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.



5. CONCEPÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

5.1 ASPECTOS FUNDAMENTAIS

Com a justificativa de um Estado mais enxuto e eficiente, o Governo Collor patrocinou o desmonte do Estado brasileiro para transformá-lo em “Estado mínimo”, inspirado no *new public management*. A partir de então, houve uma redução do quadro de funcionários via aposentadorias precoces. Com a reforma administrativa no início do governo FHC, em 1995, desenha-se um Estado regulador e indutor ao invés do Estado desenvolvimentista verificado no Brasil até o final dos anos 1980.

O Governo Lula, que teve início em 2003 e se estendeu até 2010, recompoz o quadro de servidores e, sem negar as mudanças havidas nos dois governos que o antecederam, tentou implantar: a) reformas do modelo de gestão pública, b) ações voltadas para a inovação gerencial; e c) um Estado promotor da inclusão social com programas compensatórios de nível nacional (BRANDIÃO *et al.*, 2007).

A mudança do papel repercutiu no aparelho do Estado nos âmbitos federal, estadual e municipal, trazendo demandas gerenciais mais complexas. Isso significa uma administração mais profissionalizada, exigindo gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas.

Na esfera da União, vislumbra-se a necessidade de um gestor mais generalista e com conhecimento em logística para atender, principalmente, às áreas de educação e saúde, que respondem por 34% e 21%, respectivamente, do total de servidores da União, segundo dados da ENAP. Nessas áreas há programas importantes e de grande magnitude – como a distribuição de material escolar, pelo MEC, e de preservativos, retrovirais e medicamentos, pelo Ministério da Saúde – que necessitam de competência específica em logística para atingir todos os estados e municípios brasileiros.

No nível estadual, além de uma forte formação conceitual, indica-se um gestor que possa trabalhar a estrutura organizacional do estado-membro e conceber formatos de redes de cooperação intermunicipais. No caso da estrutura administrativa, é sabido que os governos estaduais ainda não introduziram as mudanças necessárias para exercer o novo papel do Estado no Brasil, como revela Abrúcio (2005). A formação de redes é uma possibilidade – com várias experiências positivas – de induzir o desenvolvimento regional a partir do esforço conjunto. Dos 5.564 municípios brasileiros – com 4,5 milhões de servidores – a maioria não



possui economias de escala para alavancar o desenvolvimento de áreas prioritárias, como saneamento, habitação, manutenção de vias públicas urbanas e rurais.

No âmbito do município, a formação do gestor precisa ser mais específica. Em um profundo estudo sobre os municípios brasileiros, o Banco Mundial, em parceria com o IPEA, indica cinco grandes prioridades: a) aumentar a competitividade da cidade; b) desenhar um sistema subnacional de crédito sustentável baseado no mercado; c) melhorar a provisão de serviços usando a participação do setor privado; d) melhorar as eficiências nos mercados urbano e fundiário; e) insistir numa melhor colaboração entre governos locais (BANCO MUNDIAL, 2006).

O plano diretor ou estatuto da cidade, na forma como é concebido no Brasil, revela-se como um grande plano estratégico; nesse caso, é preciso que o mesmo tenha um tratamento do tamanho de sua importância, tanto na elaboração quanto na sua implantação. Por um lado, a gestão da receita municipal exige conhecimento mais aprofundado de tributação; por outro, licitações e contratações, aliadas à administração de projetos compõem o lado dos gastos. Vale lembrar que a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) alterou a forma de gestão pública no Brasil, conforme sugere Banco Mundial (2006).

O Programa de Especialização terá a seguinte configuração (Figura 1):

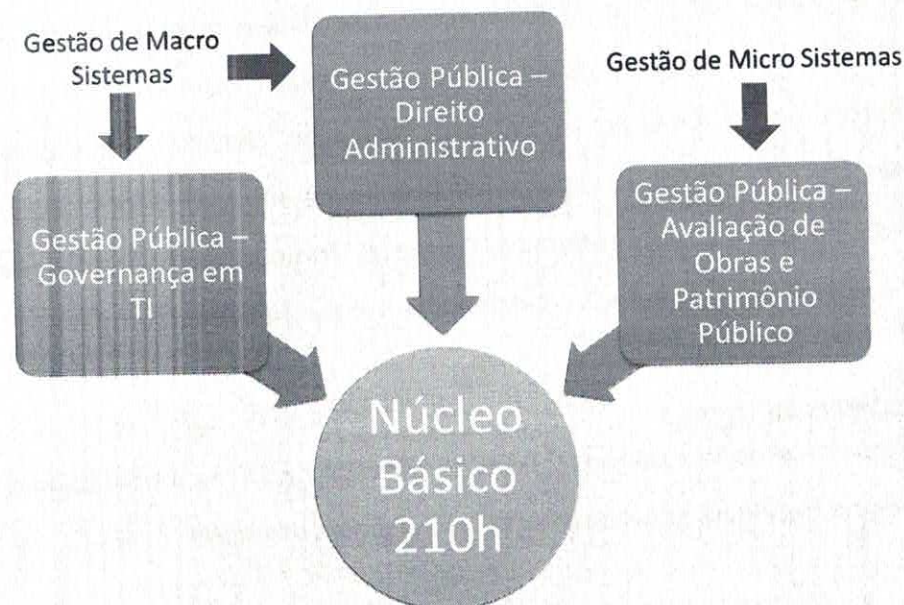


Figura 1: Componentes da ação formativa no Curso de Especialização de Gestão Pública – a distância.

Fonte: adaptada de Preti (1996).



As diretrizes dos Cursos de Especialização do Programa devem oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se:

- a) Formação ético-humanística que a formação do cidadão requer; e
- b) Formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

A estrutura curricular dos Cursos de Especialização em Gestão Pública é inspirada em Costa (1996), num jogo de correlação de forças que determina critérios de validade e legitimidade pelos quais são produzidas representações, sentidos e instituídas realidades; é um lugar de circulação das narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida, controlada.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996).

Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto sócio-econômico-cultural específico, o currículo deste Programa é construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos.

ABORDAGENS TEÓRICO-PRÁTICAS

Para tanto, esta proposta para os Cursos de Especialização, na modalidade a distância e presencial, traz como base para sua sustentação as seguintes diretrizes:

- Nortear a concepção, criação e produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma a contemplar e integrar os tipos de saberes hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e princípios básicos dos campos de



conhecimento; as técnicas, práticas e fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;

- Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, curiosidade e criatividade;
- Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos públicos-alvos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários; e
- Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorizar a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los, para estimular e orientar a auto-avaliação.

Há três categorias de princípios que nortearão a estrutura curricular do Programa: epistemológicos, metodológicos e dinamizadores:

5.2.1 Princípios Epistemológicos

Esses princípios, que devem sustentar a formação e o perfil do profissional de administração, são expressos através de duas dimensões:

- Dimensão epistemológica: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas às ciências que integram o currículo do curso; e
- Dimensão profissionalizante: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do



administrador em todas suas relações sócio-político, cultural e nas perspectivas da moral e da ética.

Tendo em vista essas duas dimensões, a estrutura curricular do Programa de Gestão Pública sustenta-se em dois módulos de estudos, a saber: Módulo Básico, que se refere aos fundamentos da administração e da administração pública, e Módulos Específicos, contemplando quatro áreas de concentração, abrangendo a esfera pública geral ou focada no âmbito Estadual.

5.2.2 Princípios Metodológicos

Tendo presente que a Estrutura Curricular deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

- **Historicidade:** é vista como característica das ciências. Através desse conceito, espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural/ e, por isso mesmo, está sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num *continuum* em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;
- **Construção:** é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do



conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz conhecimentos; e

- **Diversidade:** é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação administrativa.

5.2.3 Princípios Dinamizadores

Os princípios dinamizadores do currículo do curso são decorrentes não só das abordagens epistemológica e metodológica do curso, mas também do fato de que os estudantes terão uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados.

A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vivido pensado e o pensado vivido, com a incorporação, no processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vividas pelos estudantes, a dialeticidade entre o desenvolvimento teórico das disciplinas e sua construção pela prática. Sendo assim, a reflexão teórica e a prática estarão presentes de forma dialetizada na experiência da formação profissional.

Essa direção metodológica implica inter-relações epistemológicas, em que a construção integradora do conhecimento põe-se como princípio também fundamental no desenvolvimento do curso, buscando-se o reconhecimento da autonomia relativa de cada área de conhecimento e a necessária dialogicidade na busca do conhecimento da realidade educacional.

Como o Programa será desenvolvido na modalidade a distância, outros princípios se colocam como fundamentais na construção curricular: interação, autonomia, trabalho cooperativo, inter e transdisciplinaridade, investigação, relação teoria e prática, flexibilidade e dialogicidade.



6. COORDENAÇÃO

A coordenação, geral e pedagógica, dos Cursos será exercida por professor do quadro permanente de UNEMAT, com título de Mestre ou Doutor e experiência em ensino de especialização presencial e EaD, indicado pelo Reitor através de Portaria específica.



7. CARGA HORÁRIA E VAGAS

A estrutura curricular dos cursos de especialização é composta por um conjunto de disciplinas, abrangendo as três áreas de concentração. São as seguintes as áreas de concentração:

- Gestão Pública – Governança em Tecnologia da Informação
(360 horas / 50 vagas)
- Gestão Pública – Direito Administrativo
(420 horas / 60 vagas)
- Gestão Pública – Avaliação de Obras e Patrimônio Público
(420 horas / 40 vagas)

Para integralização curricular, o estudante deverá cumprir a carga horária referente aos créditos de cada Área de Concentração.

Ressalta-se que as especializações podem comportar “Seminários Temáticos”, que destaquem, mais acentuadamente, as atividades de pesquisa na realidade vivenciada pelo estudante. É um esforço para permitir que o estudante possa ser um dos atores efetivos, junto com o professor de conteúdo, responsáveis pela construção do seu conhecimento em gestão pública, a partir da sua interação com a própria realidade em que vive. Se forem realizadas, as atividades do “Seminário Temático” vão culminar em seminários abertos à sociedade.



8. PERÍODO E PERIODICIDADE

O curso terá uma duração de no mínimo 12 e no máximo 18 (dezoito) meses, divididos em três semestres. Para o desenvolvimento dos conteúdos, serão organizados, dentre outros, os seguintes recursos didáticos:

- Textos impressos de apoio ao estudo, por disciplina;
- Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (Turma Virtual do SIGAA) para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de textos complementares;
- Encontros presenciais (caso possível devido à pandemia); e
- Sistema de acompanhamento docente;

Cada módulo do curso será trabalhado preferencialmente de forma mensal, podendo ocorrer no máximo 02 (dois) módulos simultâneos, sendo 01 módulo da formação geral e 01 módulo da formação específica.

No desenvolvimento do curso, poderão ser realizados encontros presenciais destinados a discussões temáticas com os professores das disciplinas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem e apresentações de artigos, desde que previamente agendados pelo docente e desde que haja garantia de segurança sanitária, a fim de evitar aglomerações e exposição ao vírus da COVID-19.

Será realizado também treinamento para uso adequado do SIGAA.



9. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

O curso terá dois módulos: um básico, que é núcleo comum aos três cursos, e um específico, por área de concentração.

9.1 MÓDULO BÁSICO

O módulo básico será o núcleo comum para todas as habilitações. É composto por sete disciplinas, de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
1	Estado, Governo e Mercado	30
2	O Público e o Privado na Gestão Pública	30
3	Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	30
4	Políticas Públicas	30
5	Planejamento Estratégico Governamental	30
6	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30
7	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30
-	TOTAL DE HORAS/AULA	210

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma tomada de consciência sobre a atual política do governo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública.

9.2 MÓDULOS ESPECÍFICOS

O módulo específico compreenderá o direcionamento da formação. É composto por sete a oito disciplinas (dependendo da formação), de 30 horas, perfazendo um total de 150 a 210 horas.

A função do Módulo Específico é propiciar ao estudante as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública.



9.2.1 GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ord.	Disciplina	C. H.
1	Governança e Estratégia de Tecnologia da Informação	30
2	Segurança da Informação e Continuidade de Negócio	30
3	Gestão de Serviços em Tecnologia da Informação	30
4	Gestão Financeira em Tecnologia da Informação	30
5	Gestão de Projetos em Tecnologia da Informação	30
-	TOTAL DE HORAS/AULA	150

9.2.2 DIREITO ADMINISTRATIVO

Ord.	Disciplina	C. H.
1	Licitações e novas modalidades	30
2	Contratos e Parcerias Administrativas	30
3	Processo Administrativo	30
4	Controle da Administração Pública	30
5	Compliance em Gestão Pública	30
6	Princípios Administrativos – Questões Atuais	30
7	Gestão de Pessoas na Administração Pública	30
-	TOTAL DE HORAS/AULA	210

9.2.3 AVALIAÇÃO DE OBRAS E PATRIMÔNIO PÚBLICO

Ord.	Disciplina	C. H.
1	Introdução a Avaliação de Imóveis, a elaboração de Laudos Periciais e as normas e legislações aplicáveis	30
2	Análises Estatísticas aplicadas à Avaliação de Imóveis	30
3	Avaliação Básica de Imóveis Urbanos	30
4	Avaliação de Propriedades Rurais	30
5	Avaliações de Empreendimentos, glebas urbanizáveis, faixas de servidão e desapropriações	30
6	Avaliação de Imóveis em Massa / Planta Genérica de Valores	30
7	Avaliação de Aluguéis	30
-	TOTAL DE HORAS/AULA	210



9.1.1 Ementas e Referências do Módulo Básico

Disciplina 1 – Estado, Governo e Mercado

Objetivo

Essa disciplina enfoca as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista –, a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

Ementa

Os atores envolvidos na esfera pública, sejam eles governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal, movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação – independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar –, conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (*stakeholders*).

- Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas (PRZWORSKY, 1995) e liberais (SARTORI, 1997).
- Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo (BOBBIO, 1983; GUIDDENS, 1996; ANDERSON, 1996).

Referências Básicas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Qual socialismo?** São Paulo: Paz e Terra, 1983. “Quais as alternativas à democracia representativa?”, p. 55-74.

GIDDENS, Anthony. **Para além de esquerda e direita**. São Paulo: UNESP, 1996. “Introdução”, p. 9-30.



HAM, Christopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policyprocess in themoderncapitaliststate. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).

O'DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. In: **Revista de Cultura e Política**, n. 4, 1981.

PRZWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, "O governo do capital", p. 87-115.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, "A democracia vertical", p.181-245.

Referências Complementares

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 – A democracia poliárquica.

GIDDENS, Anthony. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SANTOS, Wanderley G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. "A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa", pp. 67-117.

SARTORI, Giovanni. **Teoria democrática**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV, "Liberalismo e democracia", p. 366-393.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

Disciplina 2 – O Público e o Privado na Gestão Pública

Objetivo



Essa disciplina tem por objetivo delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é o âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

Ementa

Tradicionalmente, os poucos cursos de administração pública oferecidos no país partem do núcleo duro das teorias e disciplinas que compõem os currículos de administração de empresas, a ele acrescentando alguns outros temas e matérias mais diretamente ligados à gestão dos negócios públicos pelo Estado. Esse ponto de partida deixa de pôr suficientemente em relevo a diferença fundamental entre a esfera pública e a privada, da qual derivam todas as demais diferenças teleológicas, organizacionais e funcionais existentes entre as organizações do Estado e as da sociedade civil, sejam elas empresas, sindicatos e associações com ou sem fins lucrativos. Por ser essencial ao gestor público ter absoluta clareza dessa diferença, de forma a poder exercer adequadamente as suas funções e atribuições com as quais ele se encontra investido na qualidade de servidor público, é que esta disciplina foi inserida no módulo básico deste curso. Da precisa separação entre esfera pública e esfera privada, que remonta ao Direito Romano, mas que só recentemente adquiriu os seus contornos mais definidos nas sociedades contemporâneas do Ocidente, é que decorrem todas as demais diferenciações relevantes para o agente público: de um Direito Público e de um Direito Privado; a separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos.

- A dicotomia público-privado: a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas.
- O servidor como agente da ação do Estado: os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público.
- Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público: dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário.
- As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades.



- Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. A nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

Referências Básicas

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, "A grande dicotomia: público/privado", p. 13-31.

CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: **Revista Diálogo Jurídico**, n. 16, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia_ULTIMAVERSÃO.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2009.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. **Direitonet**, 2005. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

PÓ, Marcos V.; ABRUCIO, Fernando L. **Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças**. In: **RAP**, nº 40, vol. 4, jul/ago 2006. p. 679-98.

Referências Complementares

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UnB. 1986.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, "Estado, poder e governo", p. 53-133.



BORÓN, Atilo. Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. In: **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90**: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997.

_____. Da administração pública burocrática à gerencial, **Revista do Serviço Público**. Brasília: ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.

DINIZ, Paulo. **Responsabilidade social empresarial e sociedade política**: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2. Disponível em: <<http://www.cadtm.org/IMG/pdf/031227boron.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. 2006. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/74_pdf.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2009.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. **Do espírito das leis**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. In: **RAE**, FGV, Volume 45, Número 1, Jan/Mar 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: **República do capital** – capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Bomtempo, 1998.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

Disciplina 3 – Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro

Objetivo

Essa disciplina tem por objeto levar o aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.



Ementa

A adequada compreensão de longos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um conjunto variado de saberes produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica afim de costurá-los com a linha do tempo. Assim, interdisciplinaridade e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o desenvolvimento desta disciplina.

Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI .

- Federalismo e governo de elites na primeira República (ABRÚCIO, 1998, Cap 1; BRESSER-PEREIRA, 2001);
- Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945) (SOUZA, 1976, Cap. IV; SANTOS, 1979, Cap.4);
- Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964) (SOUZA, 1976, Cap. V; LESSA, 1983, SOARES, 1973); e
- Autoritarismo e redemocratização (ABRÚCIO, 1998, Cap. 2; BRESSER-PEREIRA, 2001; SANTOS, 1979, Cap. 5; REIS, 1978; DINIZ, 1997).

Referências Básicas

ABRUCIO, Fernando L. **Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, "A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores", p.59-108.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). **Brasil: Um Século de transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. In: **DADOS**, vol. 38, n. 3, 1995.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.



OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. S. Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. I e II.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, "Os mecanismos da centralização" p. 83-104.

Referências Complementares

ALMEIDA, Maria H. T. Federalismo e políticas sociais. In: **Rev. bras. Ci. Soc**, 1995, vol.10, n. 28, p. 88-108.

FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: **Revista de Cultura e Política**, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v.34, n.3, 1991, p.311-348.

LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A.; COUTO E SILVA, Mônica. **Federalismo e regionalização dos recursos públicos**. Rio de Janeiro : IPEA, 1995. [Textos para discussão n. 369].

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1975. Tomo III – O Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3.

REIS, Fábio Wanderley (Org.). **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

Disciplina 4 – Políticas Públicas

Ementas

Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do "ciclo da política". Atores políticos (*stakeholders*). Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de



negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de comportamento e interação dos atores. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática. As lógicas do processo decisório: racional-compreensiva, incremental e *mixed-scanning*. Relações entre formulação e implementação. Modelos de implementação de políticas. Avaliação. Acompanhamento. Monitoramento. Pesquisa Avaliativa. Tipos de avaliação. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Regularidades das políticas públicas no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

Referências Básicas

- ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: **Rev. bras. Ci. Soc.**, Jun. 1999, vol.14, n.40, p.111-141.
- COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: **Revista do Serviço Público**, n. 2, abr-jun 1998.
- COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.
- DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papyrus, 1996.
- DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, n. 1, jan-mar, 2001.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. **Lua Nova**, n. 31, 1993, p. 5-46.
- _____. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In: **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 11, n. 4, out-dez 1997, p. 3-15.
- DUNN, William N. **Public policy analysis: An introduction**. 3. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.
- DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 11.ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.
- ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. **Lua Nova**, n. 40/41, 1997, p.193-215.
- FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: **Cadernos FUNDAP—Desafios da Gestão Pública Paulista**. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59-102.



- GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n. 23, jun., 2001.
- LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. **Lua Nova**, n. 45, 1998, p. 187-204.
- LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: **Cadernos ENAP**, n.13, 1997, p. 79-112.
- MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. In: **Estudos Avançados (USP)**, vol.5, n. 13, 1991, p. 7-47.
- MENY, Ives; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. Madrid: Ariel, 1992.
- MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. In: **Revista del CLAD: Reforma y Democracia**. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70.
- MILANI, Carlos R.S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: **Sociologias**, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 180-214.
- MISHRA, Ramesh. **O Estado-providência na sociedade capitalista**. Portugal: Celta Editora, 1995.
- NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Brasília: ENAP, 1997.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: Balanço do Governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.
- PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. **Basic methods of policy analysis and planning**. 2. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.
- RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.
- SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, pp. 11-14, e Cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, p. 15-44.
- SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.
- VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: **Revista de Administração Pública**, vol. 30, n. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

Referências Complementares



CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas**: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Revista de Sociologia e Política**, v.17, n.15, nov, 2000.

HAM, Cristopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policyprocess in themoderncapitaliststate. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp).

ROTH, André-Noël. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 4 "Teoria do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso", p. 71-82, e Cap. 5 "Acumulação e eqüidade na ordem autoritária brasileira", p. 83-123.

Disciplina 5 – Planejamento Estratégico Governamental

Ementa

Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

Referências Básicas

ALMEIDA Paulo R. **A experiência brasileira em planejamento econômico**: uma síntese histórica, 2004. (Mimeo).

CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Ano 54, n.1, jan/mar, 2003.

ETKIN, Jorge. **Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones**. Buenos Aires: Prentice Hall, 2000.

FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1995.

LIMA, Blanca Olias de (Coord). **La Nueva Gestión Pública**. Madrid: Pearson Educación S.A., 2001.

MATUS Carlos. **O método PES**. São Paulo: Fundap, p. 51-100, 1995.



_____. **Adeus senhor presidente:** governantes governados. São Paulo: Fundap, p. 19-70, 1996.

MIINTZEMBERG, Henry. **Safári de estratégia.** São Paulo: Bookman, 1999.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. **Planejamento estratégico:** conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 1988.

Referências Complementares

MATUS, Carlos. **Política planejamento e governo.** Brasília: IPEA, 1996.

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: **RAP**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.

Disciplina 6 – O Estado e os Problemas Contemporâneos

Objetivo

O objetivo desta disciplina é, a partir da análise do contexto brasileiro atual, colocar em destaque problemas de natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem uma ativa participação do Estado; seja por intermédio de políticas públicas focalizadas, seja através da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos. Uma questão a tratar é o processo, que parece estar ocorrendo, de crescente apropriação do público pelo privado. Esclarecer as características desse processo e evidenciar os procedimentos envolvidos, a partir da consideração desse tipo de problemas, é um dos objetivos da disciplina.

Ementa

Problemas de cunho socioeconômico, como os relacionados à distribuição de renda e riqueza; à geração de trabalho e renda; à inclusão social; à realização de reformas; ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões.

- Tema com abrangência nacional, regional ou local definido pela Coordenação do Curso.

Referências Básicas

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social.** São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3 "Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século



XXI?", p. 69-103.

ITUASSU Arthur; ALMEIDA Rodrigo (Org.) **O Brasil tem jeito?** Vol. 2: educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

Referências Complementares

INSTITUTO DNA BRASIL. **50 brasileiros param para pensar a vocação do país.** São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

Disciplina 7 – Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública

Objetivo

O objetivo dessa disciplina é a de sistematizar as noções básicas e introduzir as potencialidades e limites da aplicação dos Indicadores nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de Políticas Públicas no Brasil. Ao apresentar as diferentes fontes de dados, pesquisas, relatórios sociais e sítios de informação estatística e indicadores procura-se oferecer aos estudantes os insumos básicos para elaboração de diagnósticos socioeconômicos abrangentes que subsidiam a proposição de programas sociais, bem como permitir a construção de sistemas de indicadores que viabilizem o monitoramento contínuo da ação governamental.

Ementa

As atividades de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas vêm requerendo, em nível crescente, o uso de informações estatísticas e indicadores referidos às diferentes áreas de atuação governamental. Indicadores fornecem bases mais consistentes para justificar a demanda de recursos para um determinado projeto social a ser encaminhado a alguma instância de governo ou agência de fomento, para sustentar tecnicamente a relevância dos programas especificados nos Planos Plurianuais ou para monitorar periodicamente os efeitos da ação governamental. Diagnósticos socioeconômicos com escopo abrangente e com detalhamento geográfico adequado são insumos básicos para orientar o planejamento governamental e para formulação de programas públicos mais ajustados à natureza e gravidade dos problemas sociais vivenciados. Sistemas de Monitoramento, por sua vez, contribuem para a gestão mais eficiente dos programas sociais. Enfim, os indicadores socioeconômicos são a base informacional de Diagnósticos para Programas Sociais e Sistemas de Monitoramento.

Além da aplicabilidade nas atividades inerentes à gestão de políticas públicas, nos últimos anos, os indicadores vêm sendo usados para conferir maior transparência, *accountability* e controle social do gasto público. Os órgãos de controle, como as controladorias e tribunais de contas, passaram a avaliar o desempenho dos programas e dos órgãos públicos com base não apenas



na legalidade dos atos, mas nos indicadores de desempenho estabelecidos. Respondendo a essas demandas o IBGE, as agências e departamentos de estatísticas dos Ministérios e várias outras instituições públicas vêm produzindo e organizando um conjunto mais amplo de dados e indicadores sociais, econômicos e ambientais, disponibilizando-o em diferentes suportes e formatos como publicações, CD-ROMs e aplicativos de consulta na Internet.

Conceitos básicos sobre Indicadores Sociais:

- Introdução histórica;
- Indicadores Sociais: do conceito às medidas;
- Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos;
- Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais;
- Principais produtores de dados e indicadores no Brasil;
- Os Censos Demográficos;
- As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE;
- Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas;
- Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos;
- Dados e Indicadores Econômicos;
- Principais boletins de conjuntura; e
- Principais pesquisas econômicas do IBGE.

Referências Básicas

FEIJÓ, C. et al. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri, Manole, 2008, p.1-60.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira**. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.

JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais**: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas. Campinas: Alínea 2001, p.11-63.

_____; CAVATI SOBRINHO, H. **Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro**. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005.

SANTAGADA, S. **Indicadores sociais**: uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

Referências Complementares



CARDOSO, Regina L.S. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público.** São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CASTRO, M. H. Sistemas nacionais de avaliação e informações educacionais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000.

GARCIA, R.C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental.** Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7:70, 2001.

HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos.** Belo Horizonte, ABEP, 1996. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

IBGE. **Indicadores sociais municipais.** Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais.** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais.** Brasília, 2006.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento.** Brasília, 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

JANNUZZI, P. M.; GRACIOSO, L. A produção e a disseminação da informação estatística pelas agências estaduais no Brasil. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005.

MENDONÇA, L. E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. **Pobreza e desigualdade: repensando pressupostos.** Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, n. 5, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores de atenção básica à Saúde.** Brasília: RIPSAs, 2002.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano.** Lisboa, 2007. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

RATTNER, H. **Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento.** 2007. Disponível em: <www.abdl.org.br/rattner>. Acesso em: 22 jun. 2009.

ROCHA, S. **Pobreza: do que se trata afinal.** Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.43-76.



SCANDAR, W. J.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, P.L.N. **Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos: do que precisam os gestores de programas sociais?** Bahia Análise & Dados, Salvador, v.17, n.4, p.1.191-1201, 2008.
TORRES, H.G. Demografia urbana e políticas sociais. **Rev. Bras. Est. Pop.** São Paulo, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2006.

9.2.1. GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O módulo específico em Gestão Pública é composto por 5 disciplinas de 30, perfazendo um total de 150 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
1	Governança e Estratégia de Tecnologia da Informação	30
2	Segurança da Informação e Continuidade de Negócio	30
3	Gestão de Serviços em Tecnologia da Informação	30
4	Gestão Financeira em Tecnologia da Informação	30
5	Gestão de Projetos em Tecnologia da Informação	30
-	TOTAL DE HORAS/AULA	150

9.2.1 Ementas e Referências de Governança em Tecnologia da Informação

Disciplina 1 – GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - 30HS

Objetivo

A finalidade desta disciplina é proporcionar aos alunos um conjunto de boas práticas, padrões e processos estruturados que visam assegurar a ligação entre o plano de negócios e o setor de tecnologia da informação. O seu objetivo sempre será garantir que a TI seja utilizada como uma ferramenta para a geração de valor em uma organização. Portanto, para ser eficiente, a governança de TI precisa estar alinhada com as estratégias de negócio, afinal, seu propósito é justamente intermediar as conexões e relacionamentos entre a alta administração e a TI.

Ementa

Introduz os conceitos de governança corporativa e governança de tecnologia da informação (TI), apresentando sua abrangência na organização. Aborda a integração dos objetivos estratégicos corporativos aos de TI. Apresenta uma visão geral da gestão de governança em TI, enfatizando a convergência interdisciplinar que caracteriza essa área. Expõe diversos frameworks e temas atuais, tais como Big Data, Business Intelligence (BI), Internet das Coisas (IoT) e Business Analytics.

Referência Básica

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
Av. Tancredo Neves, nº 1095, Cavalhada – CEP: 78.217-900 – Cáceres – MT
Tel: (65) 3221-0040 / 0041 / 0042 / 0043 / 0044 / 0045 / 0046 / 0067
Internet: www.unemat.br – Email: prppg@unemat.br / diretoriais@unemat.br



Lunardi, G. L., Becker, J. L. & Maçada, A. C. G. (2010, setembro/dezembro). **Impacto da adoção de mecanismos de governança de TI no desempenho da gestão de TI: uma análise baseada na percepção dos executivos.** Revista da Ciência da Administração, 12(28), 11-39.

De Haes & Van Grembergen, W. (2005). **IT governance structures, processes and relational mechanism: achieving IT/business alignment in a major Belgian financial group.** Proceeding of the International Conference on System Sciences, Hawaii, 38.

Information Technology Governance Institute (ITGI). (2003). **Board briefing on IT governance** (2nd ed.). Rolling Meadows: ITGI.

Referências Complementares

Tarouco, H. H. & Graeml, A. R. (2011). **Governança de tecnologia da informação: um panorama da adoção de modelos de melhores práticas por empresas brasileiras usuárias.** Revista de Administração (RAUSP), 46(1), 07-18.

Lunardi, G. L. (2008). **Um estudo empírico e analítico do impacto da governança de TI no desempenho organizacional.** Tese de Doutorado de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Disciplina 2 – SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CONTINUIDADE DE NEGÓCIO - 30HS

Objetivo

Esta disciplina visa dotar os alunos com conhecimentos de natureza técnico-instrumental relativos à problemática do funcionamento da segurança em T.I. organizacional, apresentando uma visão geral dos conceitos e princípios sobre segurança da informação, visando à sua aplicação na gestão corporativa e seus controles internos.

Ementa

Propor a minimização dos riscos operacionais e financeiros no contexto da tecnologia da informação (TI), do ponto de vista dos gestores da organização. Explorar as normas Organização Internacional de Normalização (isso) sobre segurança da informação e apresenta as técnicas de avaliação de riscos e vulnerabilidade, os controles de segurança, bem como os métodos e as políticas de segurança da informação. Abordar os aspectos relevantes dos métodos de continuidade de negócio e contingência da área de TI.

Referência Básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT ISO/IEC GUIA 73: Gestão de riscos - Vocabulário – Recomendações para uso em normas.** Rio de Janeiro, 2005.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO/IEC 27001:2006**: Tecnologia da Informação - Técnicas de Segurança - Sistemas de Gestão da Segurança da Informação - Requisitos. Rio de Janeiro, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO/IEC 27002:2007**: Tecnologia da Informação - Técnicas de Segurança - Código de Prática para a Gestão da Segurança da Informação. Rio de Janeiro, 2007

Referências Complementares

FONTES, E. L. G. **Praticando a Segurança da Informação**. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

MAGALHÃES, I. L.; PINHEIRO W. B. Gerenciamento de Serviços de TI na prática: Uma abordagem com base no ITIL. Porto Alegre: Novatec, 2007.

MANSUR, R. Governança de TI. São Paulo: Brasport, 2007. MÓDULO. Lançamento da Norma ISO/IEC 27005:2008. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.modulo.com.br/site?inford=2506&lng=br&sid=78> Acesso em: out. 2008.

TREVENZOLI, A. C. **Perícia forense computacional – ataques, identificação da autoria, leis e medidas preventivas das ameaças sobre o ambiente operacional**. Sorocaba, 2006.

Disciplina 3 – GESTÃO DE SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - 30HS

Ementa

Apresentar e discutir melhores práticas em gestão de serviços de tecnologia da informação (TI), com a intenção de otimizar a sua estruturação e investigar viabilidades operacionais e financeiras, agregando qualidade do ponto de vista de clientes, gestores e colaboradores da organização. Abordar assuntos centrais da gestão de serviços como o ciclo de vida de serviços de TI, Service Level Agreement (SLAs), gestão de mudanças e o tratamento de incidentes e problemas sem perder de vista as normas e frameworks aplicáveis.

Referências Básicas

FERNANDES, A. A.; ABREU, V. F. de. **Implantando governança de TI: Da estratégia à gestão de processos e serviços**; Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.

REIS, A. **Alinhamento da estratégia de TI com a estratégia corporativa**; São Paulo: Atlas, 2003.

TEIXEIRA, Francisco (Org.). **Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais**. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.



Disciplina 4 – GESTÃO FINANCEIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - 30HS

Objetivo

Apresentar os conceitos e práticas comuns na gestão financeira, visando à sua aplicação eficiente na área de gestão de tecnologia da informação (TI), proporcionando melhor controle e beneficiando a organização, do ponto de vista da alta gestão. Propõe técnicas eficientes de classificação e monitoramento financeiro bem como de avaliação de retorno com a finalidade de fortalecer o alinhamento estratégico da área de TI.

Ementa

Fundamentos da Gestão Financeira, ambiente financeiro e conceitos financeiros. Fontes de Financiamento. Técnicas de análise e planejamento financeiro aplicados à T.I. Administração de capital de giro. Análise do ponto de equilíbrio das operações e alavancagem. Administração de ativos permanentes e investimento de capital. Custo de capital, estrutura de capital e dividendos. Gestão financeira eficiente aplicada à T.I.

Referências Básicas

- ASSAF, A. LIMA, G. G. **Curso de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.
ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. Atlas, 2009.
PADOVEZE, C. L. **Controladoria Estratégica e Operacional**. Cengage, 2009

Referências Complementares

- ABREU FILHO, J. C. e outros. **Finanças corporativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
MAXIMIANO Antonio César Amaru. **Administração de Projetos**. São Paulo: Atlas, 2002.
FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de Serviços**. Bookman. Porto Alegre. 2000.
LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informações**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
TOSTES, F. P. **Gestão de risco de mercado: metodologias financeira e contábil**. RJ: FGV, 2007.

Disciplina 5 – GESTÃO DE PROJETOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - 30HS

Ementa

Propor as melhores práticas na gestão de projetos de tecnologia da informação (TI), visando facilitar a organização de seu desenvolvimento, otimizando recursos, minimizando riscos e



aumentando a satisfação de todas as partes interessadas. Apresentar o ciclo de vida de projetos por meio de iniciação, planejamento, execução, monitoramento, controle e encerramento conforme framework Project Management Body of Knowledge (PMBOK). Suscitar problemas inerentes à gestão de projetos e propostas de solução.

Referências Básicas

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CARVALHO, M. M. Gerenciamento de projetos na prática: casos brasileiros (V2). São Paulo: Atlas, 2009.

PMI, Um Guia de Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK), 4ª edição, Editora Project Management Inst-id. ISBN: 9788590131892.

TRENTIM, M. H. Gerenciamento de Projetos: Guia para as Certificações CAPM® E PMP®, Atlas. ISBN: 9788522461141

9.2.2. DIREITO ADMINISTRATIVO

O módulo específico em Direito Administrativo é composto por 7 disciplinas de 30, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
1	Licitações e novas modalidades	30
2	Contratos e Parcerias Administrativas	30
3	Processo Administrativo	30
4	Controle da Administração Pública	30
5	Compliance em Gestão Pública	30
6	Princípios Administrativos – Questões Atuais	30
7	Gestão de Pessoas na Administração Pública	30
–	TOTAL DE HORAS/AULA	210

9.2.2 Ementas e Referências de Governança em Direito Administrativo

Disciplina 1 – Licitações e novas modalidades - 30HS

Objetivo

Compreender e identificar a importância e as peculiaridades das diversas modalidades e dos tipos de licitações bem como suas fases e seus aspectos jurídicos e operacionais relevantes para efetivação de acordo com a legislação vigente.

Ementa



Princípios norteadores da Licitação. Modalidades de licitação. Obras, compras e serviços. Serviços comuns e serviços de engenharia. Dispensa e inexigibilidade. Procedimento Licitatório (publicação do edital, habilitação, julgamento, recursos). Crimes da Lei 8.666/93. Contratação direta. Chamamento público. Pregão. Licitação no Regime Diferenciado de Contratações. Licitação para registro de preços.

Referências Básicas

FERNANDES, Jorge Ulysses Jacoby. **Contratação Direta sem Licitação**. 10ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Aide, 2006.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Licitação e Contrato Administrativo**. 14ª ed., São Paulo: Malheiros, 2006.

Referências Complementares

Definidas pelo professor orientador.

Disciplina 2 – Contratos e Parcerias Administrativas - 30HS

Objetivo

Identificar e classificar os diversos tipos de contratos administrativos, possibilitando a análise das principais irregularidades em contratos. Conhecer as atividades que podem ser objeto de contratação, compreendendo a formalização, gestão e fiscalização dos contratos de acordo com a legislação vigente, além de compreender os mecanismos de transferências voluntárias possíveis de serem firmados com os Entes da Federação.

Ementa

Formalização e Execução. Garantias e responsabilidades para a execução. Alteração dos contratos. Cláusulas exorbitantes. Formas de extinção. Revisão e inexecução contratual. Equilíbrio econômico-financeiro. Fiscalização de contratos e responsabilização trabalhista do Estado em face de contratos administrativos. Concessões comuns, concessões administrativas e concessões patrocinadas. Consórcios públicos. Parcerias com o terceiro setor. Parcerias público-privadas

Referências Básicas

FERNANDES, Jorge Ulysses Jacoby. **Contratação Direta sem Licitação**. 10ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016



JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Aide, 2006.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Licitação e Contrato Administrativo**. 14ª ed., São Paulo: Malheiros, 2006.

Referências Complementares

Definidas pelo professor orientador.

Disciplina 3 – Processo Administrativo - 30HS

Objetivo

Desenvolver conhecimento sobre o processo administrativo, possibilitando o reconhecimento da diferença entre um processo administrativo e um processo judicial. Aprofundar o conhecimento na formalização do processo administrativo, dos procedimentos e das fases dos processos utilizados na Administração.

Ementa

Conceitos básicos. A distinção entre processo administrativo e processo jurisdicional. Objetivos do processo ou procedimento. Instauração do Processo Administrativo. Atos processuais. Das decisões. Desistência e casos de extinção do processo. Anulação, revogação e convalidação. Do Recurso Administrativo e da revisão. Obrigatoriedade da adoção do procedimento. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Processo sumário.

Referências Básicas

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 25 ed. São Paulo: Método, 2017.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo**. 26 ed. (rev. e atual). São Paulo: Malheiros, 2009.

BRAZ, Petrônio. **Processo de Licitação - Contrato Administrativo e Sanções Penais**. 2ª Ed. Mizuno, 2007.

CRETELLA, Jr. **Prática do Processo Administrativo**. 6ª .Ed.RT, 2008.

GONZALEZ, Atila J.; OCTAVIANO, Ernomar. **Sindicância e processo Administrativo**. 11ª Ed. LEUD, 2009.

MOREIRA, Egon Bockmann. **Processo Administrativo**. 3ª Ed. Malheiros, 2007.

Referências Complementares

Definidas pelo professor orientador.

Disciplina 4 – Controle da Administração Pública - 30HS



Objetivo

Ser capaz de entender a relevância do Controle Interno para salvaguardar o uso eficiente e eficaz dos recursos públicos. Analisar o papel do administrador no controle

Ementa

Conceito e abrangência. Controle interno, externo e popular. Controle prévio, concomitante e subsequente. Controle Administrativo, Legislativo e Judiciário. Improbidade administrativa.

Referências Básicas

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 26ª ed. São Paulo: ATLAS, 2012.
- GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1995.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo brasileiro**. 29. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2004.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2004. .

Referências Complementares

Definidas pelo professor orientador.

Disciplina 5 – *Compliance* em Gestão Pública - 30HS

Objetivo

Demonstrar mecanismos que impeçam práticas anticompetitivas e proporcionam aumento da transparência pública, respeito aos códigos e procedimentos e a promoção da defesa da concorrência.

Ementa

Conceito. Transparência Pública e Compliance. Compliance e criminalidade empresarial. Programas de compliance e avaliação de sua efetividade. Política Pública de incentivo ao Compliance. Melhores práticas da compliance.

Referências Básicas

- KLEINDIENST, Ana Cristina. **Grandes temas do Direito Brasileiro: Compliance**. São Paulo: Almedina Brasil, 2019.
- MENDES, Francisco Schertel; CARVALHO, Vinicius Marques de. **Compliance: concorrência e combate à corrupção**. São Paulo: Trevisan Editora, 2017.



SCHAPIRO, Mario G.; MARINHO, Sarah Morganna Matos. **Compliance concorrencial: cooperação regulatória na defesa da concorrência**. São Paulo: Almedina, 2019.

VENTURINI, Otavio (coord). **Manual de Compliance**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

VERISSIMO, Carla. **Compliance: incentivo à adoção de medidas anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2017.

Referências Complementares

Definidas pelo professor orientador, incluindo a legislação a seguir:

- Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção);
- Lei Federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação);
- Lei Federal nº 13.303/16 (Estatuto das Estatais);
- Lei Federal nº 13.848/2019 (Lei das agências reguladoras);
- Lei Federal nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);
- Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Lei Complementar MT nº 112/2002 (Código de Ética Funcional MT);
- Lei Complementar MT n. 295/2007 (Sistema Integrado de Controle Interno MT)

Disciplina 6 – Princípios Administrativos – Questões Atuais - 30HS

Objetivo

Ter a capacidade de identificar novos pontos de interseção entre a iniciativa privada e o desempenho das funções do Estado; revisitar criticamente os temas clássicos do Direito Administrativo; compreender a evolução recente dos institutos basilares do Direito Administrativo atual; habilitar o aluno na construção de soluções jurídicas inovadoras para casos considerados complexos.

Ementa

Razoabilidade e Proporcionalidade. Supremacia do Público sobre o interesse particular e abuso de poder. Segurança Jurídica. Responsabilização (Administrativa e Judicial). Agencificação. O estado regulador e o poder de polícia.

Referências Básicas

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 25 ed. São Paulo: Método, 2017.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 31 ed. rev. atual e ampl. São Paulo: 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. **Direito Administrativo**. 26ª ed. São Paulo: ATLAS, 2012.



SCATOLINO, Gustavo; TRINDADE, João. **Manual de Direito Administrativo**. Volume Único. Salvador: Ed. Juspodivm, 2016.

Referências Complementares

Definidas pelo professor orientador.

Disciplina 7 – Gestão de Pessoas na Administração Pública - 30HS

Objetivo

Demonstrar as principais características da Gestão de Pessoas (GP) na Administração, possibilitando a discussão da realidade e entendimento dos impactos sobre a Política de Recursos Humanos tem no ambiente público.

Ementa

Conceitos da gestão de pessoas. Políticas de desenvolvimento de servidores. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Gestão por Competências. Avaliação de desempenho individual. Higiene e segurança no trabalho. Ética no nível individual.

Referências Básicas

DURAN, Cristiana. **Gestão de Pessoas**. Salvador: Ed. Juspodivm, 2016

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de recursos humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2007

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Gestão Pública - abordagem integrada da Administração e do Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2017

PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro (orgs). **Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público**. Brasília: ENAP, 2010

Referências Complementares

Definidas pelo professor orientador.

9.2.3. AVALIAÇÃO DE OBRAS E PATRIMÔNIO PÚBLICO

O módulo específico em Avaliação de Obras e Patrimônio Público é composto por 7 disciplinas de 30h, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
1	Introdução a Avaliação de Imóveis, a elaboração de Laudos Periciais e as normas e legislações aplicáveis	30
2	Análises Estatísticas aplicadas à Avaliação de Imóveis	30
3	Avaliação Básica de Imóveis Urbanos	30
4	Avaliação de Propriedades Rurais	30



5	Avaliações de Empreendimentos, glebas urbanizáveis, faixas de servidão e desapropriações	30
6	Avaliação de Imóveis em Massa / Planta Genérica de Valores	30
7	Avaliação de Aluguéis	30
-	TOTAL DE HORAS/AULA	210

9.2.3 Ementas e Referências de Obras e Patrimônio Público

DISCIPLINA 1 – INTRODUÇÃO A AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS, A ELABORAÇÃO DE LAUDOS PERICIAIS E AS NORMAS E LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS – 30 HS.

Objetivo

Capacitar os profissionais para realização de laudos de avaliação de imóveis urbanos, rurais e com demais características, com fundamentação técnica, oferecer conhecimentos básicos sobre as metodologias de avaliação previstas na Norma ABNT NBR 14.653-1, proporcionar ao aluno noções básicas do Direito aplicado a Elaboração de Laudos, Perícias Judiciais e Avaliações de Imóveis.

Ementa

Introdução à realização de Perícias. Técnicas de Elaboração de Laudos Periciais. Estudo da norma NBR 14.653-1. Legislação específica para a realização de Perícias e Laudos Periciais aplicados a Avaliação de Imóveis. Aspectos éticos para a realização de Perícias e Laudos Periciais aplicados a Avaliação de Imóveis. Legislações gerais previstas para a realização de Perícias e Laudos Periciais. Atribuições dos profissionais para a realização de Perícias e Laudos Periciais aplicados a Avaliação de Imóveis.

Referência Básica

FIKER, José. **Manual de redação de laudos**. 3ª Ed., São Paulo: Oficina de textos, 2019.

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. NBR 14653-1. Avaliação de bens Parte 1: Procedimentos Gerais, 2019.

Referências Complementares

BRASIL. **Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 - Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências**. 1966.

BRASIL. **Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 - Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências**. 2010.



DISCIPLINA 2 – ANÁLISES ESTATÍSTICAS APLICADAS À AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS - 30HS

Objetivo

Propiciar que o aluno tenha conhecimento sobre métodos estatísticos e inferências estatísticas aplicadas à Avaliação de Imóveis. Utilizar os cálculos previstos na legislação específica aplicada a avaliação de Imóveis.

Ementa

Procedimentos para a utilização de modelos de regressão linear. Procedimentos para a utilização de tratamento de fatores. Procedimentos para aplicação de fatores de homogeneização. Recomendações para tratamento de dados por regressão espacial. Recomendações para a utilização de análise envoltória de dados. Recomendações para tratamento de dados por redes neurais artificiais. Conceitos de cálculos previstos nos Anexos das Normas ABNT NBR 14.653-2 e ABNT NBR 14.653-3.

Referência Básica

CHARNET, Reginaldo; BONVINO, Heloísa; FREIRE, Claride A. de L. F., CHARNET, Eugênia M. R.. **Análise de Modelos de Regressão Linear**. Campinas: Unicam, 2005.

CARDOSO, Alex-sandro Pinheiro;. **Tratamento de Fatores**. Barra Velha-SC: 2019.

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14653-2. Avaliação de bens Parte 2: imóveis urbanos**, 2002.

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14653-3. Avaliação de bens Parte 3: imóveis rurais**, 2019.

Referências Complementares

FERREIRA, Carlos M. de C.; GOMES, Adriano P.; **Introdução a Análise Envoltória de Dados**; Editora UFV; Viçosa-MG; 2ª Ed.; 2020.

DISCIPLINA 3 – AVALIAÇÃO BÁSICA DE IMÓVEIS URBANOS - 30HS

Objetivo

Propiciar que o aluno tenha conhecimento sobre métodos de avaliação de terrenos urbanos e construções, consiga descrever os procedimentos e critérios a serem empregados na avaliação imóveis urbanos, identifique todas as variáveis que exercem influência no cálculo do valor de um bem imóvel e interpretem os critérios utilizados para avaliação de imóveis. Oferecer conhecimentos básicos sobre as metodologias de avaliação de imóveis urbanos previstas na Norma NBR 14.653-2 – Imóveis Urbanos, utilizando-se de métodos de Inferência Estatística e



também capacitar os profissionais para realização de laudos de avaliação de imóveis rurais com fundamentação técnica.

Ementa

Noções de construção civil e projetos das edificações. Noções de direito imobiliário. Métodos de avaliação de imóveis, metodologia determinística, modelo de renda, método comparativo, método involutivo, tratamento por fatores. Estudo da norma NBR 14653-2. Teorias de depreciação. Tipos de Glebas. Avaliação de terrenos urbanos. Conceitos de mercado imobiliário. Técnicas de elaboração de laudos aplicado a de avaliação de imóveis urbanos.

Referência Básica

AMANCIO, Getúlio; SQUARÇA, Fernando Batista. **Avaliação de imóveis no atual mercado imobiliário**. São Paulo: Juruá Editora, 2005.

FIKER, José. **Manual de avaliações e perícias em imóveis urbanos**. São Paulo: PINI, 2006.

IBAPE/SP. **Engenharia de Avaliações**. 2. Ed., São Paulo: LEUD, 2014.

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14653-2. Avaliação de bens Parte 2: imóveis urbanos**, 2002.

Referências Complementares

ABUNAHMAN, Sérgio Antonio. **Curso básico de engenharia legal e de avaliações**. São Paulo: Pini, 1999.

D'AMATO, Monica.; ALONSO, Nélon Roberto Pereira. **Imóveis Urbanos: avaliação de terrenos – Método Involutivo Vertical**. São Paulo: PINI, 2009.

IBAPE/SP. **Glossário de Terminologia Básica Aplicável à Engenharia de Avaliações e Perícias**. IBAPE/SP, São Paulo, 2012.

DISCIPLINA 4 – AVALIAÇÃO DE PROPRIEDADES RURAIS - 30HS

Objetivo

Esta disciplina capacitará o aluno a identificar a natureza de um imóvel rural; seus frutos e direitos como unidade de produção, descrever os princípios básicos para avaliação de instalações, benfeitorias; determinar o valor de um imóvel rural considerando seu tamanho, características físicas (relevo, tipo de solo, etc), recursos naturais, benfeitorias, obras e estimativa econômica da produção (culturas perenes ou anuais). Ainda oferecerá conhecimentos básicos sobre as metodologias de avaliação de imóveis rurais previstas nas Normas ABNT NBR 14.653-3 – Imóveis Rurais e NBR 14.653-6 – Recursos Naturais e Ambientais.



Utilizar métodos de Inferência Estatística e também capacitar os profissionais para realização de laudos específicos para a avaliação de imóveis rurais com fundamentação técnica.

Ementa

Noções de propriedade rural e imóvel rural. Avaliação de imóveis rurais, utilização de métodos de avaliação de terra; vistoria, pesquisa de valores; avaliação de benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas; avaliação de culturas (perenes ou anuais); avaliação de vegetações nativas e avaliação de obras rurais. Caracterização de ativos e passivos ambientais. Noções sobre o Código Florestal. Estudo das Normas ABNT NBR 14.653-3 – Imóveis Rurais e NBR 14.653-6 – Recursos Naturais e Ambientais

Referência Básica

DESLANDES, Cristiano Augusto. **Avaliação de Imóveis Rurais**. São Paulo: Aprenda Fácil Editora, 2002.

LIMA, Marcelo Rossi de Camargo **Avaliação de propriedades rurais – Manual Básico - A engenharia de avaliação aplicadas as fazendas manual básico**. 3 ed. São Paulo: LEUD, 2011.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14653-3. Avaliação de bens Parte 3: imóveis rurais**, 2019.

Referências Complementares

BRASIL. **Código Florestal**. Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14653-6. Avaliação de bens Parte 6: Recursos naturais e ambientais**, 2008.

DISCIPLINA 5 – AVALIAÇÕES DE EMPREENDIMENTOS, GLEBAS URBANIZÁVEIS, FAIXAS DE SERVIDÃO E DESAPROPRIAÇÕES - 30HS

Objetivo

Propiciar conhecimento sobre análise de laudos de avaliação de glebas urbanizáveis com base em conceitos técnicos e práticos, compreender e discernir sobre a utilização de métodos diretos e/ou indiretos para avaliar uma gleba urbanizável. Fornecer subsídios para atuação em avaliação judicial referente à desapropriação e instituição de servidão. Avaliar empreendimentos.

Ementa



Caracterização de conceitos sobre engenharia de avaliações voltados a avaliações de glebas urbanizáveis. Noções básicas sobre parcelamento do solo urbano. Metodologias aplicadas à avaliação de glebas urbanizáveis (método comparativo direto de dados de mercado e método involutivo). Conceitos básicos, definições, legislação aplicável, normas e critérios para as avaliações para desapropriações e servidão. Estudo da Norma ABNT NBR 14.653-4 – Empreendimentos

Referência Básica

MASCARÓ, Juan Luis. **Loteamentos Urbanos**. 2. Ed., Porto Alegre: Mais Quatro, 2005

Harada, Kyoshi. **Desapropriação doutrina e prática**. 7ª Ed. São Paulo, Atlas, 2014.

Pellegrino, José Carlos. **Avaliação de faixas de servidão de passagem**. São Paulo, Pini, 1974.

Referências Complementares

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14653-4. Avaliação de bens Parte 4: Empreendimentos**, 2002.

DISCIPLINA 6 – AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS EM MASSA / PLANTA GENÉRICA DE VALORES - 30HS

Objetivo

Proporcionar ao aluno conhecimentos sobre a determinação sistemática, em larga escala, dos valores dos imóveis, para diversos fins, inclusive para a cobrança de impostos, de forma a manter uma justa proporcionalidade destes valores entre si, a partir de uma planta e das características específicas de terrenos e benfeitorias, por meio de metodologia e critérios de avaliações. Trazer conhecimentos, a partir da Planta Genérica de Valores, dos valores médios unitários de terrenos para cada face de quadra do município.

Ementa

Conceitos, definições e aplicações da Avaliação de Imóveis em Massa e Planta Genérica de Valores. Ferramentas aliadas à avaliação em massa. Base Cartográfica, Geoprocessamento. Inferência estatística e estudo de variáveis. Avaliação Imobiliária a partir do Geoprocessamento. Elaboração da planta de valores. Glebas sustentáveis de urbanização. Modelos de Análise Espacial.



Referência Básica

CESARE, Cláudia M.; CUNHA, Egláisa M. P.; **Avaliação em massa de imóveis para fins fiscais: discussão, análise e identificação de soluções para problemas e casos práticos**; Brasília: Ministério das Cidades, 2012, disponível em: www.capacidades.gov.br.

Referências Complementares

NADOLNY, Marili L.; **A importância da planta genérica de valores na tributação municipal**; Revista Técnico-científica do CREA-PR; 4ª Ed.; Curitiba: 2016

DISCIPLINA 7 – AVALIAÇÃO DE ALUGUÉIS - 30HS

Objetivo

Propiciar conhecimento sobre os métodos de avaliação de aluguéis de imóveis; determinar o valor locativo de aluguel pela aplicação do método direto comparativo e o da renda, levando em consideração o padrão da construção atestada e características específicas. Trazer conhecimento a respeito da legislação aplicável ao inquilinato.

Ementa

Definições e conceituação básicas; aspectos jurídicos, legais e técnicos pertinentes a locação de imóveis; metodologias avaliatórias aplicáveis segundo as normas técnicas; método comparativo e parâmetros pertinentes, método da remuneração do capital (avaliação do capital imóvel e taxa de rendimento) e critérios avaliatórios aplicáveis a casos especiais.

Referência Básica

D'AMATO, Monica.; ALONSO, Néson Roberto Pereira. **Imóveis Urbanos, Avaliação de Aluguéis**. 3ª Ed., São Paulo, LEUD, 2014.

IBAPE/SP. **Norma Básica de Avaliação de Imóveis Urbanos**. São Paulo, IBAPE, 2011.

Referências Complementares

BRASIL; **Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991- Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes**. 1991



10. CORPO DOCENTE

O corpo docente será formado por professores com titulação de mestrado e doutorado, selecionados através de Edital de Seleção específico, a ser publicado no site da UNEMAT.



11. METODOLOGIA

O Curso de Especialização em Gestão Pública será ofertado na modalidade a distância, através do Ensino Remoto pelo SIGAA.

A Educação a Distância (EaD) não deve ser reduzida a questões metodológicas ou de gerenciamento, ou como possibilidade apenas de emprego de Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Não existe uma metodologia de Educação a Distância (EaD) e menos ainda um “modelo” único de oferta de cursos a distância. Cada instituição vem construindo sua experiência em EaD e adaptando-a para essa modalidade, dando-lhe uma “cara” própria, calcada na realidade local, na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

Por isso, nesse projeto **não cabe** definir aspectos procedimentais e de organização do curso, isso será definido no projeto pedagógico de cada instituição. O que podemos acenar aqui são aspectos gerais sobre a modalidade de EaD, em sua dimensão conceitual e de gestão, para garantir qualidade na formação dos estudantes desse curso de especialização.

11.1A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE EAD

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação não dão mais conta da complexidade do fenômeno e da prática educativa.

O paradigma positivista precisa ser totalmente substituído por outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações.

A EaD, neste sentido, oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos.

Exige, pois, uma **organização de apoio institucional** e uma **mediação pedagógica** que garantem as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: de quem concebe e elabora o material didático a quem cuida para que esse material chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso ao



orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (*designer* instrucional), do editor ao artista gráfico (*web designer*).

A EaD deve ser pensada, então, e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica. A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico. Alguns atores são importantes neste processo. A seguir, exemplificamos alguns deles:

- **O estudante:** aluno matriculado no curso e que irá estudar “remotamente”;
- **Professores autores:** responsáveis pela produção dos Textos de Apoio e responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- **Coordenadores:** Podem ser os próprios professores do curso, ou o professor “especialista”, responsável pela gestão pedagógica do curso e das disciplinas;
- **Equipe de apoio tecnológico e de logística:** com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático;

Assim organizada, a “instituição ensinante” poderá oferecer um saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando à educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

- **A estrutura organizativa:** composta pelos subsistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Polos de Apoio Presencial;
- **A comunicação:** que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, uma implicação consciente do aprendiz, uma intencionalidade, uma atitude adequada, as destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos alunos; e



- **O trabalho cooperativo:** somos frutos de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, *designer* instrucional, *web designer*, tecnólogos educacionais, orientadores), com pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, deve se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.



12. INFRAESTRUTURA E PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- processos de orientação e avaliação próprios;
- monitoramento do percurso do estudante; e
- criação de ambientes virtuais no SIGAA que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Gestão Pública, na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa, preveem:

12.1. SELEÇÃO DE PROFESSORES TUTORES

Os professores serão definidos pelos Coordenadores dos Cursos, mediante carta convite, levando-se em consideração a formação, experiência na área e titulação acadêmica;

12.2. ENCONTROS PRESENCIAIS

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica. Poderão ser desenvolvidas ações de extensão em conjunto com as disciplinas. Os encontros presenciais levarão em conta as recomendações sanitárias e dos órgãos de saúde, a fim de se evitar as aglomerações e exposições aos ambientes e fatores de risco de contágio da COVID-19.



12.3. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

A produção do conteúdo será realizada pelos professores e disponibilizada no ambiente da Turma Virtual no SIGAA. O aluno/servidor terá acesso aos materiais, sendo facultativo e de sua responsabilidade a impressão.



13. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também a dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

13.1. AVALIAÇÃO DOS SUBSISTEMAS DE ENSINO REMOTO

A avaliação dos subsistemas do Ensino Remoto presentes no curso de *Gestão Pública* tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso.

Para tanto, será aplicada a avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, professores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem no SIGAA;
- qualidade do material e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e
- eficácia do programa.



Como instrumentos de avaliação serão utilizados formulários do Google e SIGAA para coleta dos dados.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

13.2. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático do curso de Gestão Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber e, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Gestão Pública e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.



O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que, possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

As avaliações do desempenho do estudante serão regidas pelo sistema de notas (mínimo 3 atividades avaliativas), onde o acadêmico deve obter a média mínima final de 7,00 (sete pontos). O estudante será avaliado em três situações distintas:

- durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas a distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- durante os encontros presenciais, a partir da realização de provas, apresentação de trabalhos e realização de outras tarefas propostas no encontro – quando houver; e

Nessas situações de avaliação, os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais (quando houver), nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

Em caso de não obtenção da média 7,00 (sete) para a aprovação, o(a) estudante será reprovado no módulo e a conclusão do curso ficará pendente, exceto se o módulo for cursado em alguma IES, após autorização do Coordenador do Curso, que deverá proceder com a análise do módulo cursado externamente para fins de validação e aproveitamento.

13.3. PROCESSO DE ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

São processos que, na EAD, não há como serem separados, pois a avaliação é realizada pelo sujeito que acompanha e orienta o estudante em seu estudo e aprendizagem.



O orientador deve participar da discussão, com os professores responsáveis pelas disciplinas, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem e dos Seminários Temáticos.

No desenvolvimento do curso, o orientador é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada aluno sob sua orientação. Além disso, o orientador deve estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de autoaprendizagem.

O orientador, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo "distância", deve estar permanentemente em contato com o aluno, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

O orientador será indicado pelo aluno e encaminhado ao Coordenador do Curso para validação documental e curricular, ao término das ofertas das disciplinas da matriz comum.



14. PROCESSO DE COMUNICAÇÃO-INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES

Em função de uma das principais características do ensino a distância, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão estabelecidas dentro do SIGAA, podendo se expandir para ferramentas alternativas como Google Meet, Jitsi, WhatsApp, E-mail e outras que forem convenientes e previamente acordadas entre Professor/Coordenação/Alunos.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo Professor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade, etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso de Gestão Pública pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.



REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel o Estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

ABRÚCIO, Fernando L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. **Revista de Administração Pública - RAP**, vol. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005.

BANCO MUNDIAL. Brasil: elementos de uma estratégia de cidades. Document of the World Bank. **Relatório nº 35.749-BR**. Brasília: Banco Mundial/Departamento do Brasil, novembro 2006.
Disponível em:
<<http://siteresources.worldbank.org/INTBRAZIL/Resources/Cidadesbr.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2008.

BRANDIÃO, Hugo J.; PALASSI, Márcia P.; FERREIRA, Dirce N. A. **Administração Pública**. Campo Grande/MS: MEC/UAB-UFMS, 2007.

COSTA, Marisa V. Discutindo a escola básica em tempos de neoliberalismo: uma conversa introdutória. In: COSTA, Marisa V. (Org.). **Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo**. São Paulo: Cortez, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Municípios Brasileiros – Cultura 2006**.
Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública – RAP**, vol. 40, n. 3, p. 479-499, mai./jun. 2006.

PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, vol. 20, 2001. Disponível em:
<http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2020.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2008.

PRETI, Oreste. (Org.) **Educação a Distância: inícios e indícios de um percurso**. Cuiabá: NEAD/IE, UFMT, 1996.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PROGRAMAS LATO SENSU



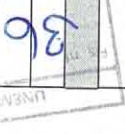
APÊNDICE - A

Cronograma de Execução - Previsão

Ord.	Disciplina	CH.	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV
			20	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	22
Núcleo Comum																	
1	Estado, Governo e Mercado	30	X														
2	O Público e o Privado na Gestão Pública	30		X													
3	Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	30			X												
4	Políticas Públicas	30				X											
5	Planejamento Estratégico Governamental	30					X										
6	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30						X									
7	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30							X								
8	TCC	-														X	X
-	TOTAL DE HORAS/AULA	210														X	X
Governança em Tecnologia da Informação																	
1	Governança e Estratégia de Tecnologia da Informação	30									X						
2	Segurança da Informação e Continuidade de Negócio	30								X							
3	Gestão de Serviços em Tecnologia da Informação	30										X					
4	Gestão Financeira em Tecnologia da Informação	30											X				
5	Gestão de Projetos em Tecnologia da Informação	30												X			
-	TOTAL DE HORAS/AULA	150													X		
Direito Administrativo																	
1	Licitações e novas modalidades	30								X							
2	Contratos e Parcerias Administrativas	30									X						

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
Av. Tancredo Neves, nº 1095, Cavalhada – CEP: 78.217-900 – Cáceres – MT
Tel: (65) 3221-0040 / 0041 / 0042 / 0043 / 0044 / 0045 / 0046 / 0067
Internet: www.unemat.br – Email: prppg@unemat.br / diretoriais@unemat.br

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PROGRAMAS LATO SENSU



Ord.	Disciplina	CH.	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OCT	NOV	DEZ	JAN	FEV
			20	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	22
3	Processo Administrativo	30											X				
4	Controle da Administração Pública	30											X				
5	Compliance em Gestão Pública	30												X			
6	Princípios Administrativos – Questões Atuais	30												X			
7	Gestão de Pessoas na Administração Pública	30													X		
-	TOTAL DE HORAS/AULA	210														X	
Avaliação de Obras e Patrimônio Público																	
1	Introdução a Avaliação de Imóveis, a elaboração de Laudos Periciais e as normas e legislações aplicáveis	30								X							
2	Análises Estatísticas aplicadas à Avaliação de Imóveis	30								X							
3	Avaliação Básica de Imóveis Urbanos	30											X				
4	Avaliação de Propriedades Rurais	30										X					
5	Avaliações de Empreendimentos, glebas urbanizáveis, faixas de servidão e desapropriações	30											X				
6	Avaliação de Imóveis em Massa / Planta Genérica de Valores	30												X			
7	Avaliação de Aluguéis	30													X		
-	TOTAL DE HORAS/AULA	210														X	

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
Av. Tancredo Neves, nº 1095, Cavalhada – CEP: 78.217-900 – Cáceres – MT
Tel: (65) 3221-0040 / 0041 / 0042 / 0043 / 0044 / 0045 / 0046 / 0067
Internet: www.unemat.br – Email: prppg@unemat.br / diretoriais@unemat.br



Fla. nº 32
UNEMAT - PRPPG



APÊNDICE - B
Plano de Trabalho

A – Bolsas

Tipo de Bolsa	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Bolsa Coordenador	24	R\$ 1.600,00	R\$ 38.400,00
Bolsa Professor - Núcleo Básico	14	R\$ 1.400,00	R\$ 19.600,00
Bolsa Professor - Governança em T.I.	10	R\$ 1.400,00	R\$ 14.000,00
Bolsa Professor - Direito Administrativo	14	R\$ 1.400,00	R\$ 19.600,00
Bolsa Professor - Avaliação de Obras e P. P.	14	R\$ 1.400,00	R\$ 19.600,00
Total das Bolsas			R\$ 111.200,00

B – Diárias

Tipo de Bolsa	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Diárias	0	R\$ 250,00	R\$ 0,00

C – Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Tipo de Bolsa	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Pró-Labore	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00

D – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Tipo de Bolsa	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Impressão, Outsourcing, Serviços Gráficos	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Passagens aéreas	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Passagens terrestres	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Locação de equipamentos e serviços	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00

E – Material Permanente

Tipo de Bolsa	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Máquinas, Equipamentos, Ferramentas, Utensílios, Livros e outros	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00

F – TOTAL DO PROJETO (A+B+C+D+E)

Tipo de Bolsa	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Total do Projeto	01	---	R\$ 111.200,00
		Total de Alunos	150
		Custo/Aluno	R\$ 741,33



PARECER N°. 005/2020/PRPPG/DLTS

PARTES INTERESSADAS

- Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG
- Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso – SEPLAG/MT

ASSUNTO

Proposta de institucionalização de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização em Gestão Pública.

ANÁLISE

O presente parecer se refere ao processo sob o protocolo nº. 396430/2020, que foi instruído com objetivo de institucionalizar o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização em Gestão Pública, a ser ofertado numa parceria entre a Universidade do Estado de Mato Grosso e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão-SEPLAG.

O Curso destina-se a servidores de carreira do Estado de Mato Grosso, portadores de diploma de curso superior que exerçam atividades em órgãos públicos Estaduais que tenham aspirações ao exercício de função pública, voltados para a gestão, avaliação de obras e patrimônio público. O Curso de Especialização em Gestão Pública será ofertado na modalidade a distância, através do Ensino Remoto pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmica-SIGAA.

Tem por objetivo a qualificação de pessoal em nível de Especialização visando ao exercício de atividades gerenciais, especificamente:

- Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) dos sistemas públicos;
- Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- Capacitar profissionais para a correta avaliação de obras e patrimônio público;
- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado de Mato Grosso; e
- Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou



de suas unidades produtivas.

O curso prevê um total de 150 (cento e cinquenta) vagas, as quais serão distribuídas em três áreas de concentração, sendo:

- Gestão Pública – Governança em Tecnologia da Informação (360 horas / 50 vagas);
- Gestão Pública – Direito Administrativo (420 horas / 60 vagas);
- Gestão Pública – Avaliação de Obras e Patrimônio Público (420 horas / 40 vagas).

A estrutura curricular do curso é composta de um módulo básico para as três áreas de concentração, além das disciplinas específicas de cada área.

A função do módulo básico é propiciar ao estudante uma tomada de consciência sobre a atual política do governo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública.

MÓDULO BÁSICO A TODAS AS ÁREAS									
Ord.	Disciplina	CH.	DEZ 20	JAN 21	FEV 21	MAR 21	ABR 21	MAI 21	JUN 21
1	Estado, Governo e Mercado	30	X						
2	O Público e o Privado na Gestão Pública	30		X					
3	Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	30			X				
4	Políticas Públicas	30				X			
5	Planejamento Estratégico Governamental	30					X		
6	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30						X	
7	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30							X
-	TOTAL DE HORAS/AULA	210							

O módulo específico compreenderá o direcionamento da formação. É composto por sete a oito disciplinas (dependendo da formação), de 30 horas, perfazendo um total de 150 a 210 horas.

A função do Módulo Específico é propiciar ao estudante as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública.

MÓDULO ESPECÍFICO: GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO							
Ord.	Disciplina	CH.	AGO 21	SET 21	OUT 21	NOV 21	DEZ 21
1	Governança e Estratégia de Tecnologia da Informação	30	X				
2	Segurança da Informação e Continuidade de Negócio	30		X			
3	Gestão de Serviços em Tecnologia da Informação	30			X		
4	Gestão Financeira em Tecnologia da Informação	30				X	
5	Gestão de Projetos em Tecnologia da Informação	30					X
-	TOTAL DE HORAS/AULA	150					



MÓDULO ESPECÍFICO: DIREITO ADMINISTRATIVO									
Ord.	Disciplina	CH.	JUL 21	AGO 21	SET 21	OUT 21	NOV 21	DEZ 21	JAN 22
1	Licitações e novas modalidades	30	X						
2	Contratos e Parcerias Administrativas	30		X					
3	Processo Administrativo	30			X				
4	Controle da Administração Pública	30				X			
5	Compliance em Gestão Pública	30					X		
6	Princípios Administrativos – Questões Atuais	30						X	
7	Gestão de Pessoas na Administração Pública	30							X
-	TOTAL DE HORAS/AULA	210							

MÓDULO ESPECÍFICO: AVALIAÇÃO DE OBRAS E PATRIMÔNIO PÚBLICO									
Ord.	Disciplina	CH.	JUL 21	AGO 21	SET 21	OUT 21	NOV 21	DEZ 21	JAN 22
1	Introdução a Avaliação de Imóveis, a elaboração de Laudos Periciais e as normas e legislações aplicáveis	30	X						
2	Análises Estatísticas aplicadas à Avaliação de Imóveis	30		X					
3	Avaliação Básica de Imóveis Urbanos	30			X				
4	Avaliação de Propriedades Rurais	30				X			
5	Avaliações de Empreendimentos, glebas urbanizáveis, faixas de servidão e desapropriações	30					X		
6	Avaliação de Imóveis em Massa / Planta Genérica de Valores	30						X	
7	Avaliação de Aluguéis	30							X
-	TOTAL DE HORAS/AULA	210							

O financiamento das despesas inerentes a realização deste curso, serão custeadas integralmente pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão-SEPLAG, em Termo de Convênio a ser firmado após a institucionalização do curso, não havendo nenhuma despesa atribuída para UNEMAT.

PLANO DE TRABALHO			
Tipo de Bolsa	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Bolsa Coordenador	24	R\$ 1.600,00	R\$ 38.400,00
Bolsa Professor - Núcleo Básico	14	R\$ 1.400,00	R\$ 19.600,00
Bolsa Professor - Governança em T.I.	10	R\$ 1.400,00	R\$ 14.000,00
Bolsa Professor - Direito Administrativo	14	R\$ 1.400,00	R\$ 19.600,00
Bolsa Professor - Avaliação de Obras e P. P.	14	R\$ 1.400,00	R\$ 19.600,00
Total das despesas			R\$ 111.200,00

O processo seletivo e as atividades acadêmicas só terão início após o repasse integral dos recursos em parcela única.

O corpo docente será formado por professores com titulação de mestrado e doutorado, selecionados através de Edital de Seleção específico, a ser publicado no site da UNEMAT.



O coordenador do curso será pertencente ao quadro de docentes efetivos da UNEMAT e designado por meio de portaria emitida pelo Reitor.

PARECER

Considerando os autos do processo nº. 396430/2020, o qual está instruído com Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Pública; Considerando as tratativas da Gestão da Universidade do Estado de Mato Grosso com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, as quais objetivam a implantação deste curso para qualificação de servidores em áreas estratégicas para o Estado de Mato Grosso; Considerando ainda a importância e relevância da abertura de novos cursos em parceria com órgãos do Estado de Mato Grosso; E por fim considerando que o curso não trará ônus financeiros para UNEMAT, sendo todas as despesas custeadas por meio de convênio a ser firmado entre as instituições, emitimos **PARECER FAVORÁVEL** a institucionalização da Pós-graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização em “**Gestão Pública**” a ser ofertado em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão-SEPLAG.

Cáceres-MT, 04 de novembro de 2020.

DSc. ANDERSON F. DE MIRANDA
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
UNEMAT - PRPPG
Port. nº 002/2019



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PROGRAMAS LATO SENSU



Ofício nº. 022/2020–PRPPG/DLTS

Cáceres-MT, 04 de novembro de 2020.

Aos Srs.

Prof. Dr. Luiz Fernando Caldeira Ribeiro

Pró-reitor de Planejamento e Tecnologia da Informação – PRPTI

Prof. Dr. Ricardo Keichi Umetsu

Pró-reitor de Gestão Financeira – PGF

Assunto: Institucionalização de Curso de Especialização

Código de Classificação: 514.1

Senhor Pró-reitor,

Ao tempo em que externamos nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste solicitar a Vossa Senhoria a emissão de parecer referente ao processo protocolado sob o nº. 396430/2020, o qual foi instruído com objetivo de institucionalizar o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização em **Gestão Pública**.

Trata-se de uma Especialização a ser ofertada numa parceria entre a UNEMAT e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão-SEPLAG, em conformidade com tratativas já realizadas entre as respectivas instituições.

Ressaltamos que o curso não trará ônus para a UNEMAT, sendo que todas as despesas inerentes a realização do curso serão custeadas por meio de convênio a ser firmado com a SEPLAG, após a institucionalização do curso.

Não haverá publicação de processo seletivo ou qualquer outra atividade acadêmica antes do repasse integral do recurso previsto no plano de trabalho apensado a folha nº. 38 deste processo.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos.

Atenciosamente,

DSc. ANDERSON F. DE MIRANDA
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
UNEMAT - PRPPG
Port. nº 002/2019



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

UNEMAT - PRPTI	
Fls. N°	Rubrica
42	



PARECER Nº 143/2020

Cáceres, 09 de novembro de 2020.

PARECER DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO.

ASSUNTO:

PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU, EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO, EM GESTÃO PÚBLICA. PARCERIA ENTRE A UNEMAT E SEPLAG.

Este parecer tratará das condições orçamentárias da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado para a implementação do curso citado em epígrafe, conforme instrução do Processo nº 396430/2020.

ANÁLISE:

O curso prevê 150 vagas distribuídas da seguinte forma:

Especialização	Habilitação	Vagas
Gestão Pública	Governança e TI	50
Gestão Pública	Direito Administrativo	60
Gestão Pública	Avaliação de Obras e Patrimônio Público	40

Será ofertado na modalidade presencial, nos anos de 2020 a 2022. O curso será financiado mediante repasse da SEPLAG À UNEMAT, por meio de celebração de convênio.

Sede Administrativa – Av. Tancredo Neves, 1095, Cavahada, Cáceres/MT CEP: 78200-000.
Fone/Fax: (65) 3221-0003 – prpti@unemat.br



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

UNEMAT - PRPTI	Fls. N°	Rubrica
	43	



O público-alvo são portadores de diplomas de nível superior que exerçam atividades em órgãos públicos estaduais e que tenham aspirações ao exercício de função pública, voltados para gestão, avaliação de obras e patrimônio público.

O projeto pedagógico do curso consta nas fls. 02 a 38 dos autos. Consta também: PARECER N° 005/2020, FAVORÁVEL, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Pág. 39-40).

Conforme disposto no ofício nº 022/2020 – PRPPG/DLTS, também assinado pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, a realização do curso **não acarretará nenhum ônus para a Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado**. As despesas previstas serão custeadas por meio de repasse pela SEPLAG, através de Convênio que será celebrado após a institucionalização do Curso.

DESPESAS:

Bolsas	Diárias	Serviços PF e PJ	Material Permanente	TOTAL
R\$ 111.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 111.200,00

CONCLUSÃO:

Neste sentido, a Pró-Reitoria de Planejamento e Tecnologia da Informação manifesta-se **FAVORÁVEL** à oferta do curso, em nível de especialização, em Pública, no Município de Cáceres e demais Municípios do Estado, considerando não haver impacto orçamentário à UNEMAT.

LUIZ FERNANDO CALDEIRA RIBEIRO
Pró-Reitor de Planejamento e Tec. de Informação
UNEMAT - PRPTI
Portaria nº 07/2019

Ordenador de Despesas está ciente e de acordo

CARDO KEICHI UMETSU
Ordenador de Despesas
UNEMAT - Reitoria
Portaria nº 12/2019

Sede Administrativa – Av. Tancredo Neves, 1095, Cavallhada, Cáceres/MT CEP: 78200-000.
Fone/Fax: (65) 3221-0003 – prpti@unemat.br



Ofício nº. 024/2020-PRPPG/DLTS

Cáceres-MT, 09 de novembro de 2020.

A Sra.

Profa. Dra. Rinalda Bezerra Carlos

Diretora da Gestão de Educação a Distância-DEAD
Universidade do Estado de Mato GrossoS-UNEMAT

Assunto: Institucionalização de Curso de Especialização

Código de Classificação: 514.1

Prezada Diretora,

Ao tempo em que externamos nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste solicitar a Vossa Senhoria a emissão de parecer referente ao processo protocolado sob o nº. 396430/2020, o qual foi instruído com objetivo de institucionalizar o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização em **Gestão Pública**.

Trata-se de uma Especialização a ser ofertada na modalidade a distância numa parceria entre a UNEMAT e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão-SEPLAG, em conformidade com tratativas já realizadas entre as respectivas instituições.

Ressaltamos que o curso não trará ônus para a UNEMAT, sendo que todas as despesas inerentes a realização do curso serão custeadas por meio de convênio a ser firmado com a SEPLAG, após a institucionalização do curso.

Não haverá publicação de processo seletivo ou qualquer outra atividade acadêmica antes do repasse integral do recurso previsto no plano de trabalho apensado a folha nº. 38 deste processo.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos.

Atenciosamente,

Dsc. ANDERSON F. DE MIRANDA
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
UNEMAT - PRPPG
Port. nº 002/2019



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO



Parecer N° 19/2020–PROEG/DEAD

PARTES INTERESSADAS

Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação/PROEG
Diretoria de Gestão de Educação a Distância/DEAD
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato
Grosso-SEPLAG/MT

ASSUNTO

Institucionalização do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública a distância.

DOS FATOS

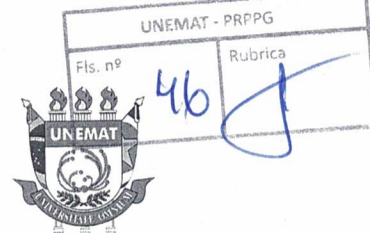
Constam nos autos do presente Processo N° 396430/2020, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública a ser ofertado na modalidade a distância, constitutivo de três habilitações: Gestão Pública - Governança em Tecnologia da Informação; Gestão Pública- Direito Administrativo; Gestão Pública- Avaliação de Obras e Patrimônio Público; o Parecer 005/2020/PRPPG/DLTS, que analisa e defere a institucionalização da referida pós-graduação; o Ofício N°022/2020-PRPPG/DLTS, que encaminha à Pró-Reitoria de Planejamento e Tecnologia da Informação solicitando parecer; o Parecer 143/2020 da Pró-reitoria de Planejamento e Tecnologia da Informação, favorável à solicitação, seguido do Ofício N°024/2020-PRPPG/DLTS que encaminha este processo para a Diretora de Gestão de Educação a Distância.

O principal objetivo deste PPC é qualificar servidores de carreira do Estado de Mato Grosso, portadores de Diploma de Ensino superior que

Handwritten signature



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO



exercem ou aspiram exercer funções públicas voltadas para gestão, avaliação de obras e patrimônio público.

O projeto em tela apresenta as seguintes características:

1. Abarca uma proposta curricular pertencente à Administração, contemplando três habilitações de Gestão Pública: Gestão pública-Governança em Tecnologia da Informação (360 horas/ 50 vagas); Gestão Pública- Direito Administrativo (420 horas/60 vagas); e Gestão Pública- Avaliação de Obras e Patrimônio Público (420 horas/40 vagas).
2. Faculta ao candidato a escolha de uma das habilitações aqui descritas, sendo que o critério de seleção para cada habilitação, tem como referência análise do Barema.
3. O percurso formativo para obtenção do grau de especialista desta proposta é composto por um Núcleo Básico de 210 horas, que todos os alunos ingressantes deverão cumprir, somado ao módulo específico, conforme a escolha de habilitação do candidato.
4. Estabelece como critérios de seleção do corpo docente, qualificação mínima de mestrado e doutorado, mediante Edital de Seleção específico a ser editado pela UNEMAT.
5. Anuncia a plataforma adotada para o desenvolvimento do curso, no caso o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA), prevê seleção de Professores, atividades presenciais, síncronas e assíncronas, como também ferramentas alternativas para o desenvolvimento das atividades remotas.
6. Período de realização do curso: um ano e dois meses.

Com base na Resolução Nº 1/2018-CNE/CES, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu* e Resolução Nº 013/2013-CONSUNI, que rege sobre a criação dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização na modalidade a distância da Unemat, a Diretoria de Gestão de Educação a Distância tem a considerar os seguintes aspectos:

Handwritten signature



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO



1. Observar o Art. 7º da Resolução Nº 1/2018-CNE/CES, *in verbis*:

Art. 7º

Para cada curso de especialização será previsto Projeto Pedagógico de Curso (PPC), constituído, dentre outros, pelos seguintes componentes:

- I - matriz curricular, com a carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, contendo disciplinas ou atividades de aprendizagem com efetiva interação no processo educacional, com o respectivo plano de curso, que contenha objetivos, programa, metodologias de ensino aprendizagem, previsão de trabalhos discentes, avaliação e bibliografia;
- II - composição do corpo docente, devidamente qualificado;
- III - processos de avaliação da aprendizagem dos estudantes;

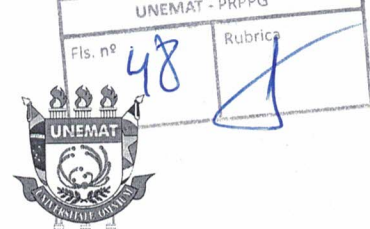
No tocante à carga horária a ser cumprida, a proposta aqui apresentada obedece o disposto na resolução supracitada, observe-se, doravante, o disposto no inciso I, ao apontar a metodologia a ser seguida no desenvolvimento dos componentes curriculares. Além dessas recomendações, acrescentamos a inclusão uso do repositório bibliográfico da biblioteca virtual da UNEMAT, tomando-se os devidos cuidados para os direitos autorais do material impresso e digital utilizado. Quanto aos demais incisos II e III, o PPC atende as prerrogativas estabelecidas.

Muito embora a Resolução Nº 1/2018-CNE/CES não faça alusão a trabalho de conclusão de curso, recomenda-se implementação de pelo menos uma atividade (relatório, projeto de intervenção, memorial, elaboração de artigo, entre outros) como resultado de um percurso formativo de aprofundamento, uma vez que a Resolução 013/2013-CONSUNI (**vigente**) obriga, apresentação individual de TCC (Art. 57). Sobre este componente, recomenda-se a leitura do Capítulo VIII- Do Trabalho de Conclusão de Curso da Resolução 013/2013-CONSUNI.

Ao identificar a plataforma adotada para oferta do curso na modalidade a distância, no caso, o SIGAA, é importante, especificar a gestão do referido sistema, ou seja, quem, quando e como será alimentado, qual o papel dos diversos autores envolvidos, a saber: alunos, equipe de TI, professores, coordenador de curso e tutores, bem como as formas de capacitação dos



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO



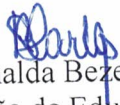
formação dos professores, tutores e alunos, tendo em vista a especificidade da modalidade a distância que por sua natureza exige um acompanhamento diferenciado no atendimento ao aluno. (Decreto MEC Nº 9.057, de 2017)

Ao integrar o **Professor Tutor** no quadro da gestão acadêmica, sugere-se substituir por **Tutor**, uma vez que não contamos com esta nomenclatura no âmbito do sistema de ensino. Caso seja considerada esta indicação, se faz necessário apontar quando, como e para que incluir o tutor; detalhar as atribuições desta função; identificar a qualificação para atuar nesta função, como também realizar processo seletivo via edital específico. (Consultar a Resolução 013/2013-CONSUNI)

Para uma melhor compreensão, recomendamos especificar Cáceres como local de gerenciamento do curso de Especialização *Lato Sensu* em Administração, cuja oferta abrange os servidores públicos de carreira, vinculados ao Estado de Mato Grosso.

DO PARECER

Tendo-se em conta as recomendações supracitadas, relevância social da proposta e pertinência quanto aos requisitos legais, a Diretora de Gestão de Educação a Distância (DEAD/UNEMAT) exara **parecer favorável** à oferta do curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Administração Pública, na modalidade a distância, mediante convênio celebrado entre a Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, a quem caberá desenvolvimento da gestão pedagógica e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão-SEPLAG, órgão financiador.


Prof. Rinalda Bezerra Carlos
Diretora de Gestão de Educação a Distância
Portaria 471/2019

É o parecer

Cáceres-MT, 18/11/2020.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO



Ofício n.º 155/2020– PROEG/DEAD

Cáceres, 19 de novembro de 2020.

Ao Sr.

Prof. Dr. Anderson F. Miranda

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT


Prezado Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminhamos à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação o **Processo N.º 396430/2020**, que trata da institucionalização do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em nível de Especialização em Administração Pública, na modalidade a distância, a ser ofertado, em parceria entre a Universidade do Estado de Mato Grosso e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso-SEPLAG.

Em observância ao que dispõe a Resolução N.º013/2013-CONSUNI e atendendo à solicitação feita por Vossa Senhoria no Ofício N.º024/2020-PRPPG/DLTS, a Diretoria de Gestão em Educação a Distância analisa a referida proposta e emite parecer.

Sendo o que temos a tratar no momento, nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,


Prof. Rinalda Bezerra Carlos
Diretora de Gestão de Educação a Distância
Portaria 471/2019



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU*



Ofício nº. 025/2020-PRPPG/DLTS

Cáceres-MT, 23 de novembro de 2020.

Ao Magnífico Reitor

PROF. DR. RODRIGO BRUNO ZANIN

Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT

Assunto: Institucionalização de Curso de Especialização

Código de Classificação: 514.1

Magnífico Reitor,

Ao tempo em que externamos nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste encaminhar a Vossa Senhoria o processo sob o protocolo nº. 396430/2020, que foi instruído com objetivo de institucionalizar o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização em **Gestão Pública**, a ser ofertado numa parceria entre a UNEMAT e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão-SEPLAG.

Considerando que a proposta já tramitou e obteve parecer favorável das instâncias competentes e cumpriu com todos os requisitos dispostos no Regimento da Pós-graduação *Lato Sensu* e considerando ainda o pedido realizado pela SEPLAG para que os tramites se dêem o mais rápido possível, solicitamos que a institucionalização deste curso seja realizada de forma Ad Referendum.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos.

Atenciosamente,


Dsc. ANDERSON F. DE MIRANDA
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
UNEMAT - PRPPG
Port. nº 002/2019